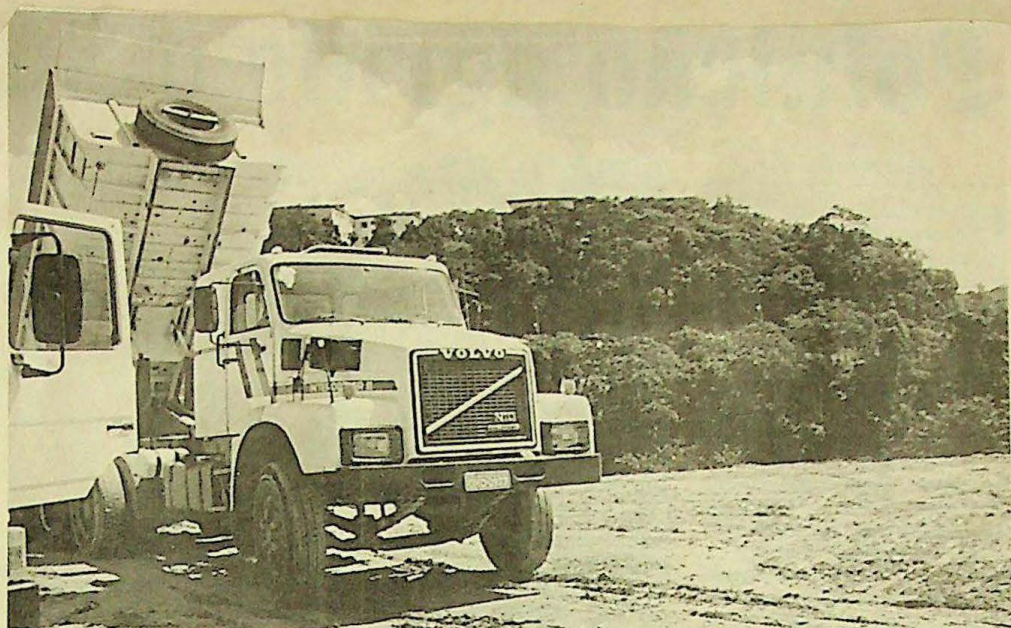


PMS	FMLF	GERIN
BIBLIOTECA		
Journal	A Tarde	
Data	04/06/98	
Classificação	J:	5
Seção		
Assunto: MEIO AMBIENTE		
LAGOAS DA PARALELA		



Caçambas com entulho eram usadas para aterrar lagoa remanescente do Rio Mocambo, na Paralela

Obras destroem lagoas e áreas verdes ao longo da Av. Paralela

Em Salvador há muito pouco ou quase nada para ser comemorado na semana do meio ambiente. Falta de fiscalização, interesses particulares, dinheiro e leis que acabam se rendendo ao poder vêm se constituindo ao longo dos anos nos principais fatores que alimentam a destruição do meio ambiente. A Avenida Paralela é um exemplo disso. Não há mais o que se possa fazer para frear o progresso mal planejado. Os técnicos do próprio Centro de Recursos Ambientais (CRA), a exemplo do engenheiro sanitário Eduardo Farias Topázio, temem o que pode acontecer daqui para frente e reconhecem que tudo é só uma questão de tempo. Os rios Mocambo e Trobogi praticamente já secaram, as lagoas que ainda resistem à destruição estão com áreas reduzidas e as nascentes desapareceram.

Gérson dos Santos

O Parque Aquático Wet'n Wild é um exemplo dessa ocupação progressista. Para que fosse construído, segundo o CRA, foi dizimada uma grande área de vegetação remanescente da Mata Atlântica. No mesmo local está sendo aterrada, há cerca de dois anos, uma área de mais de 400 mil metros quadrados. Uma lagoa inteira, remanescente do Rio Mocambo, está sendo aterrada, fato denunciado por A TARDE na última terça-feira. A propriedade pertence a Franklin Alves de Oliveira e Airton Tambellini, que dizem ter autorização da prefeitura para fazer o aterro.

Porém, a área que está sendo aterrada vai muito além do que foi

determinado pela prefeitura. O diretor adjunto do CRA, Rubens Maciel, determinou que técnicos do setor visitassem o local para uma notificação, passível de multa no ato, caso se confirmasse a irregularidade. O CRA confirmou as irregularidades e, a partir de hoje interdirá o local, até que todas as investigações sejam concluídas.

No terreno há um galpão da empresa Ewac Construções Ltda, pertencente a Franklin Alves, mas segundo os funcionários que estavam no local não tem nada a ver com o aterro. A empresa, disseram, está no local de forma emprestada, pois na realidade está fazendo serviços de melhoramento na orla. O galpão está naquele local e não na orla, porque, segundo disseram, no lugar da obra não há como montar um galpão.

Na parede do escritório está afixado o documento, assinado por Alberto Gonçalves, chefe de divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dando conta das garantias para fazer o aterro da lagoa. Primeiro, dá o terreno como um charco ao invés de lagoa e apresenta os alvarás 0604/91 e 1269/95, de autoria da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (SUCOM), autorizando a terraplanagem, com ressalva, porém, da engenheira Teresinha Alves Ribeiro, através do documento de nº 70991, de 8/09/95, limitando a obra a 30 metros da ponta da margem do canal.

No dia 14 de abril deste ano, o geólogo Pedro Gonçalves Neto e o engenheiro agrônomo Hugo Fonseca Filho, ambos do CRA, estiveram no local e notificaram o dono da empresa Ewac Construções, Franklin Alves, através da engenheira responsável, Edna Lima, para que as obras fossem imediatamente paralisadas até a apresentação, junto ao CRA, de documentos como: licença ambiental do CRA, anuência da Conder, licença do Ibama e o alvará da Prefeitura de Salvador autorizando a obra. Quase dois meses depois, ninguém apareceu no CRA para entregar a documentação.